

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Presidente chega à cúpula de Assunção com uma boa parte dos países próximos do Brasil com governos de direita e em busca de alinhamento com a Casa Branca

Mercosul em cenário adverso para Lula

» FABIO GRECCHI
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega a Assunção, no Paraguai, para participar de reuniões da cúpula do Mercosul em um cenário politicamente adverso. Entre os integrantes do bloco e seus Estados associados, somente o Brasil e o Uruguai têm governos considerados do campo progressista. Por sinal, a presidência do bloco será transferida do direitista Santiago Peña, presidente do Paraguai, para o esquerdista Yamandú Orsi, chefe do Executivo uruguaio.

A expectativa da delegação brasileira é sobre os próximos passos dos governos de Keiko Fujimori, no Peru, e de Abelardo de la Espriella, na Colômbia. E não apenas porque pretendem manter estreita relação com o governo de Donald Trump, nos Estados Unidos, mas porque ainda não se manifestaram sobre a associação dos dois países com o Mercosul. Fontes do Ministério das Relações Exteriores (MRE) lembram que, quando da campanha presidencial, o hoje presidente Javier Milei afirmou várias vezes que um dos seus primeiros atos na Casa Rosada seria retirar a Argentina do Mercosul. O que era uma pretensão tornou-se bravata eleitoral, pois a saída do bloco deveria ser aprovada pelo Congresso argentino, onde Milei não tem maioria.

O cenário para o Brasil, porém, é desconfortável e não somente por Keiko, De la Espriella e Milei. A atual guinada à direita da América do Sul conta, ainda, com Chile e o Equador, igualmente associados ao Mercosul, e a Bolívia, que está em fase de inclusão no bloco. Ainda que o panorama político do continente seja, hoje, de conservadorismo e alinhamento com Washington, paíra o fantasma de que cresçam tensões que possam enfraquecer a estrutura do Mercosul — ou mesmo de afastamento das nações que, atualmente, estão na condição de associadas.

Há, entretanto, um trunfo: o acordo entre o bloco e a União

Ricardo Stuckert/PR



Lula chega ao Mercosul num momento em que governos simpáticos a Trump assumem na América do Sul



Os países do Mercosul foram convidados a discutir o que aconteceu na Venezuela. A perspectiva é de que os desastres aumentem"

Gisela Maria Padovan,
secretária de América Latina e Caribe do Itamaraty

Europeia. O acerto passou a vigorar em maio, mas de forma provisória. O tratado foi assinado pelos blocos e ratificado por instâncias como o Senado brasileiro, só que o texto ainda tramita no Tribunal de Justiça da União Europeia para checar a compatibilidade com as normas do bloco. Nos bastidores do governo e

da diplomacia brasileira, há o entendimento de que as questões econômicas superam as divergências ideológicas no Mercosul.

Crime organizado

Isso não quer dizer que esta cúpula em Assunção se fixará apenas nas conexões comerciais. O combate ao crime organizado é uma pauta que integra todos os participantes, apesar das divergências de propostas sobre como combater os cartéis colombianos e facções brasileiras Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) — classificadas pelo governo de Washington como terroristas. Ambas organizações têm correlação direta com as produções de coca da Colômbia e do Peru, e são as responsáveis pela logística de exportação para os Estados Unidos e a Europa.

Outra pauta a ser tratada na cúpula será o terremoto na Venezuela, que fez quase mil mortos e deixou

mais de 50 mil desaparecidos. O país há tempos vive uma crise de desabastecimento e o tremor piorou uma situação que já se apresentava precária. A embaixadora Gisela Maria Figueiredo Padovan, secretária de América Latina e Caribe do MRE, confirmou as discussões sobre o tema.

“Os países do Mercosul foram convidados a discutir o tema, nesse espírito de que essa também é uma questão de muita importância. É só a gente observar o que aconteceu na Venezuela para ver como é importante que a região esteja preparada. Porque, infelizmente, a perspectiva é de que os desastres aumentem”, disse.

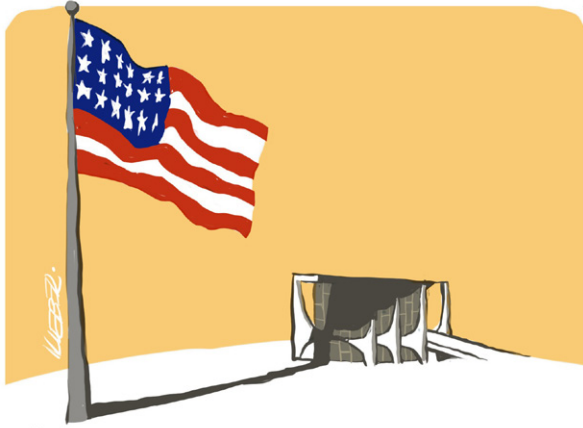
A embaixadora, porém, nega a a possibilidade de retorno da Venezuela ao Mercosul, uma vez que ainda nos tempos do ditador Nicolás Maduro foi rompida a cláusula democrática a ser respeitada pelos integrantes do bloco. “Em nenhum momento do semestre foi levantada a questão da suspensão (e retorno) da Venezuela”, apontou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



De Lacerda a Flávio, Washington ronda a política brasileira

Desde a crise que culminou no golpe militar de 1964, dificilmente um político brasileiro expôs de forma tão explícita sua interlocução com autoridades dos Estados Unidos durante uma disputa política interna quanto o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL). Entretanto, o circunstâncias históricas são distintas. O mundo já não vive a Guerra Fria, o Brasil é uma democracia consolidada e as relações entre Brasília e Washington são marcadas por intensa interdependência econômica. Ainda assim, os acontecimentos recentes recolocaram em debate a influência externa sobre os rumos da política brasileira.

O episódio ganhou dimensão eleitoral após a visita de Flávio a Washington. Ali, reuniu-se com integrantes do governo Donald Trump, incluindo o secretário de Estado Marco Rubio, o vice-presidente J.D. Vance e o próprio presidente norte-americano. O encontro antecedeu duas decisões relevantes: a classificação do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas pelo governo dos EUA e a manutenção do processo que poderá resultar na imposição de tarifas de 25% sobre produtos brasileiros.

Em carta enviada a Flávio, Rubio agradeceu o apoio recebido na classificação das facções criminosas e escreveu que os Estados Unidos reconhecem que “a violência e as sofisticadas redes criminosas dessas facções ameaçam a segurança de cidadãos honestos em todo o nosso hemisfério compartilhado”. Acrescentou que Washington atua para atingir “as redes financeiras, de drogas e de armas” dessas organizações.

Rubio deixou claro que permanecem “divergências substanciais” entre os dois países nas áreas de comércio digital, sistemas de pagamento eletrônico, propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol, combate ao desmatamento ilegal e tarifas preferenciais. Mas agradeceu a Flávio pela “generosa oferta de colocar uma equipe de transição à nossa disposição caso o senhor seja eleito”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem elevado o tom com a Casa Branca: “Nós somos muito grandes, temos muita história. E nós não podemos aceitar o tratamento que os Estados Unidos deram ao Brasil nesta semana”. Acrescentou que “ninguém pode dizer que o Brasil se negou a negociar com os Estados Unidos” e classificou Marco Rubio como “um latino-americano frustrado”. Dias depois, reforçou o discurso de defesa da soberania nacional ao afirmar que o Brasil precisa estar preparado para um mundo mais instável: “Eu não quero guerra, mas também não quero ser pego de surpresa”.

Há algumas semanas, Lula esteve na Casa Branca. Foi uma tentativa de reconstruir a relação bilateral com Trump. O encontro foi considerado cordial pelos dois governos e procurou reduzir tensões comerciais e geopolíticas. Entretanto, a manutenção da investigação comercial conduzida pelo USTR (singla em inglês do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos) e do chamado tarifaço demonstrou que a aproximação política não alterou as prioridades econômicas de Washington.

Ofensiva de direita

Figura chave nas atuais relações Brasil-EUA, Rubio é filho de imigrantes cubanos e defensor de uma política externa dura para a América Latina. Mantém intensa interlocução com lideranças de extrema-direita e conservadoras do Brasil. Entretanto, sua carta também evidencia que os governos dos EUA mudam, mas os interesses estratégicos permanecem. Ao agradecer a Flávio, confirmou a continuidade das medidas comerciais contra o Brasil.

Trump comemora a eleição de governos de direita na América Latina, na expectativa de que isso contenha a presença comercial da China. Estabeleceu-se um cinturão conservador nas fronteiras do Brasil, agora formado por Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia. A comparação com 1964 é inevitável.

Naquele contexto de radicalização ideológica provocado pela Guerra Fria, o então governador do antigo estado da Guanabara, Carlos Lacerda, o principal líder civil da oposição ao presidente João Goulart, em diversas viagens aos EUA encontrou-se com autoridades norte-americanas, empresários e formadores de opinião para denunciar o governo brasileiro como incapaz de conter o avanço do comunismo.

Sua intensa articulação internacional transformou-se num dos elementos da crise política que desembocaria no golpe militar de 31 de março de 1964. João Goulart ainda tentou neutralizar essa ofensiva. Em abril de 1962, visitou Washington e reuniu-se com o presidente John F. Kennedy. O objetivo era compatível com a democracia e preservar o apoio financeiro norte-americano, mas não eliminou a crescente desconfiança da Casa Branca em relação ao seu governo.

Documentos posteriormente desclassificados revelaram que o governo Lyndon Johnson preparou a Operação Brother Sam, um plano de apoio logístico aos militares brasileiros caso houvesse resistência ao golpe: navios com combustível, munições e equipamentos foram deslocados para a costa brasileira. A rápida queda do governo Goulart tornou desnecessário seu emprego.

O caso brasileiro não foi isolado. Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, a CIA também participou de golpes na Argentina, na Bolívia, no Chile, no Paraguai, no Uruguai e no Peru. A história parece querer se repetir, só não sabemos ainda se como farsa ou como tragédia.

JUDICIÁRIO

Penduricalhos: Supremo forma maioria

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para liberar o pagamento de penduricalhos retroativos a juízes, procuradores e promotores do Ministério Público. Com o voto do ministro Luiz Fux, feito durante julgamento virtual, o placar está 6 x 0. Já votaram Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Cristiano Zanin, Edson Fachin e Flávio Dino, que propuseram que o pagamento das indenizações respeite um limite de 35% do teto do funcionalismo público.

Em seu voto, Fux, entretanto, defendeu que não deve haver teto para o pagamento de direitos já adquiridos, como férias e licenças não aproveitadas, argumentando que a reparação deve ser integral. Quatro ministros ainda precisam votar: Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Nunes Marques e André Mendonça. O julgamento se encerra no dia 30.

Um dos principais recuos dos ministros foi a autorização para que os tribunais e unidades do Ministério Público convertam em dinheiro as horas extras do plantão presencial, desde que cumpram o limite de 35% do teto do funcionalismo público. No caso de plantão virtual, magistrados e promotores só poderão receber pelas horas em que foram efetivamente acionados. A decisão final cabe ao Plenário do Supremo.

O voto conjunto reconheceu, ainda, um penduricalho requerido pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que havia sido autorizado na decisão anterior da Corte: a valorização por tempo de antiguidade na carreira (PVTAC). O benefício segue os mesmos moldes

Antonio Augusto/STF



Cármen ainda precisa se manifestar sobre a matéria. Fux deu voto que formou maioria pelas benesses

do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), também conhecido como quinquênio, que confere um adicional de 5% nos salários a cada cinco anos trabalhados, até o máximo de 35 anos.

O voto abre a possibilidade de o PVTAC ser pago simultaneamente ao ATS, penduricalho que utiliza os mesmos critérios de pagamento, aos promotores e magistrados. Eles justificaram que o ATS tem caráter remuneratório e, portanto, não poderia ser confundido com o outro benefício, apesar dos critérios semelhantes para o pagamento.

Para que os pagamentos sejam retomados, o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, do Superior Tribunal de Justiça, deve apresentar, em até 30 dias, uma relação das verbas e gratificações pagas antes da restrição cuja legalidade já tenha sido verificada. Esses valores precisarão ser validados e referendados pelo Plenário do STF.

Apesar da flexibilização em certos pontos, o colegiado de ministros optou por manter a proibição para o pagamento de uma série de benefícios. Ficam vetados, por exemplo, o auxílio-alimentação, o

auxílio-creche e a assistência pré-escolar quando tiverem como fato gerador a mera condição de paternidade ou maternidade.

Além disso, as novas regras determinam que o auxílio-saúde não poderá mais ser pago como uma cota fixa, devendo ser concedido, exclusivamente, por meio de reembolso do valor efetivamente gasto pelo magistrado, mediante comprovação.

O julgamento ocorre em meio à análise de mais de 20 recursos apresentados ao STF contra a decisão, de março, que estabeleceu os limites dos penduricalhos.